

Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056

Orientações para o estudo

PARTE II. Para conhecer a sociedade portuguesa: conhecimento empírico, descrição e interpretação

Tema 6. Instituições e Sociedade: Sociedade Civil, Estratificação Social e Cultura – Semana 1

Dado que aborda várias questões complexas, este tema do programa curricular será leccionado ao longo de três semanas. Nesta primeira semana centrar-nos-emos no subtema 6.1. “Sociedade, desigualdades e exclusão social”. Nas semanas seguintes será disponibilizada bibliografia para os subtemas 6.2. (“Família”) e 6.4. (“Identidade e Cultura”), bem como orientações para o estudo detalhadas. Não será disponibilizada bibliografia específica para o subtema 6.3. “Educação, Infância e Juventude”, ainda que apontamentos sobre este tópico surjam nos textos obrigatórios disponibilizados para os restantes subtemas do tema 6.

O texto de Carmo e Cantante (2015) foi escrito no auge da crise económica pós-2008, no período em que a taxa de desemprego atingiu o seu valor máximo em Portugal, como noutros países do Sul da Europa, neste século. O momento em que o texto foi redigido marca, sem dúvida, os argumentos apresentados. Contudo, será conveniente termos em mente a definição de contemporaneidade que nos acompanha desde o início do semestre: apesar de conjunturalmente específico, o texto de Carmo e Cantante é contemporâneo no sentido em que as características estruturais da sociedade portuguesa, bem como as comparações desta sociedade com as de outros Estados-membros da União Europeia (UE), são anteriores à crise pós-2008 e continuam a ser estruturantes da sociedade portuguesa hoje.

Apesar de existirem diversos tipos de desigualdades sociais, a desigualdade de rendimentos é fundamental na reprodução das desigualdades em geral, condicionando as possibilidades de vida gerais de indivíduos e grupos. Dentro das desigualdades de rendimento, as desigualdades salariais constituídas através do mercado de trabalho são particularmente relevantes. Numa sociedade capitalista, o mercado de trabalho é um espaço relacional de estruturação de desigualdades, podendo, contudo, acentuá-las ou minimizá-las consoante a forma concreta da distribuição de riqueza realizada através da diferenciação salarial (mas também através de outros factores, tais como a segurança contratual, *etc.*).

Portugal é um dos países mais pobres e mais desiguais da União Europeia. Isto verifica-se, desde logo, no tocante às desigualdades de rendimentos e, em particular, no que diz respeito às desigualdades salariais. Os dados de 2012 apresentados neste artigo são claros nesta caracterização de Portugal. Nesse ano, o rendimento médio anual *per capita* por adulto foi, em Portugal, 9897€, um valor substancialmente inferior à média da UE, que foi 17617€. No Luxemburgo, o Estado-membro onde esta variável atingiu um valor mais elevado em 2012 (38442€), o rendimento médio anual *per capita* por adulto foi, aproximadamente, 4 vezes

superior ao de Portugal. O mesmo cenário de é ilustrado usando como referência o rendimento mediano, que foi, em 2012, em Portugal, 8170€, o que é pouco mais do que a média da UE (15382€). Em 2012, Portugal era, aliás, o Estado membro com o rendimento mediano mais baixo da UE-15.

Os dados anteriores deixam claro que Portugal é um país pobre à escala da UE. Mas, para além disso, a sociedade portuguesa é também profundamente desigual no tocante à distribuição do rendimento disponível (e não só a este nível). Graças, em grande medida, à acção redistributiva do Estado, as desigualdades de rendimento são parcialmente atenuadas, ainda que não de modo significativo. Assim, para termos uma noção clara da dimensão da desigualdade de rendimentos em Portugal é particularmente útil olharmos para ela tal como ela se forma directamente no mercado de trabalho através da remuneração salarial diferenciada. O salário é, para mais, o tipo de rendimento de longe mais universal numa sociedade capitalista.

Os dados apresentados por Carmo e Cantante são elucidativos, mas pouco animadores. Em 2006, antes da crise pós-2008, Portugal era o país da UE com maior desigualdade salarial quando medido pelo coeficiente de Gini, atingindo um valor de 41,4% neste indicador. Lembremos que o coeficiente de Gini é um indicador estatístico de medição da desigualdade de distribuição de rendimentos que varia entre os valores de 0 e 1, correspondendo valores mais elevados a uma distribuição mais desigual do rendimento. O valor elevado registado para Portugal é uma indicação de uma característica abundantemente estudada da sociedade portuguesa: o mercado de trabalho reproduz e acentua desigualdades.

Os dados apresentados no artigo são também aqui elucidativos. Em 1985, o salário médio dos 20% melhor remunerados era 3,9 vezes superior ao dos 20% pior remunerados. Em 2009, este valor aumentou para 4,9 vezes. Tomando como referência a comparação entre os 10% melhor remunerados e os 10% pior remunerados, nos mesmos anos, o valor aumentou de 5,8 vezes superior para 6,7 vezes.

É significativo que, como Carmo e Cantante deixam claro, isto se deva, sobretudo, ao aumento da riqueza apropriada pelos mais ricos. Em 1985, os 10% com salários mais elevados recebiam 24% do total dos salários nacionais, enquanto que em 2009 recebiam 29,8%. Tomando como referência o 1% melhor remunerado, em 1985 estes indivíduos auferiam 4,59% do total dos salários nacionais, tendo este valor passado para 6,64%, em 2009.

Todo o argumento de Carmo e Cantante pode ser resumido de forma razoavelmente simples. Portugal é um país muitíssimo desigual, incluindo no que diz respeito à distribuição dos rendimentos. A maioria dos Estados-membro da UE é menos desigual do que Portugal no tocante à distribuição dos rendimentos, incluindo dos rendimentos salariais. O mercado de trabalho reproduz estas desigualdades ao distribuir os salários desigualmente e de forma, tendencialmente, mais desigual. Apesar do mercado de trabalho ser um espaço relacional estruturante de desigualdades de rendimento entre os empregados, estar excluído do mercado

de trabalho (*i.e.*, desempregado) reduz o rendimento dos indivíduos, agravando as desigualdades sociais, em geral, e, as desigualdades de distribuição de rendimento, em particular. As políticas públicas não são, em Portugal, suficientemente eficazes na redução das desigualdades, ainda que não sejam irrelevantes a este nível.

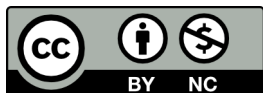
Para realizar o estudo do subtema 6.1 da Parte II do programa curricular, deverá ler o texto indicado de seguida.

Carmo, Renato Miguel; Cantante, Frederico (2015), "Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 77.

Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura dos textos acima indicados.

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Partilhe as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>